



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Parecer:	Despacho:  Concordo. Proceda-se em conformidade. 20.05.19 Hilary
----------	---

Relatório Inspetivo: INT- 172/2019

**1. Ações de deteção e identificação de eventual alojamento não licenciado/registado ou registado em situação irregular.**

**Alojamentos Registados com oferta irregular**

1.1-RRAL [redacted] Informação protegida

[redacted], capacidade a mais na plataforma *booking.com*.

1.2-RRAL [redacted] Informação protegida

[redacted], oferta de capacidade a mais nas plataformas *booking.com* e *airbnb.pt*.

**2. Âmbito da Ação:**

No âmbito da execução do Plano de Atividades para o ano de 2019, no dia 1 de março de 2019, foi realizada uma ação de deteção de alojamento com oferta irregular nas plataformas de reserva *online acima* identificadas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO TURISMO

**3. Descrição**

Factologia

**Alojamento 1.1**

Consta no registo, na tipologia de apartamento, com um quarto duplo correspondendo a duas camas. Após a deteção da irregularidade relacionada com a disponibilidade de capacidade superior à capacidade máxima registada, a empresa foi notificada através de ofício SAI-IRT/2019/250 concedendo-se prazo de dez dias para regularização, ao qual não respondeu, mas corrigiu a irregularidade na devida plataforma.

**Alojamento 1.2**

Consta do registo, na tipologia de moradia, com dois quartos duplos correspondendo a quatro camas. Após a deteção da irregularidade relacionada com oferta de capacidade a mais, a empresa foi notificada através do ofício SAI-IRT/2019/249 concedendo-se prazo de dez dias para regularização, ao qual respondeu através de email, corrigiu as irregularidades na plataforma *airbnb.pt* e suspendeu a atividade na plataforma *booking.com*.

**4. Enquadramento legal:**

Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março, republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de maio – Estabelece o Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos e Portaria n.º 83/2016, de 4 de agosto– estabelece os requisitos ou critérios de instalação, classificação e funcionamento do alojamento local.

**5. Conclusões e propostas:**

Considerando que os alojamentos, identificados em 1, corrigiram as irregularidades detetadas, propõe-se a conclusão e arquivamento do presente procedimento e que disto seja dado conhecimento às entidades conforme propostas de ofícios constante em anexo, SAI-IRT/2019/423 e SAI-IRT/2019/424.

À Consideração Superior de V. Ex<sup>a</sup>,

Ponta Delgada, 17 de maio de 2019

A Inspetora

Ana Paula Passinhas